

Bruxelas, 8 de setembro de 2025
(OR. en)

12601/25

COASI 95
ASIE 30
CFSP/PESC 1308
PE 60
WTO 71
COHOM 137
ECOFIN 1142
MACAO 1

NOTA DE ENVIO

de:	Secretária-geral da Comissão Europeia, com a assinatura de Martine DEPREZ, diretora
data de receção:	8 de setembro de 2025
para:	Thérèse BLANCHET, secretária-geral do Conselho da União Europeia
n.º doc. Com.:	JOIN(2025) 18 final
Assunto:	RELATÓRIO CONJUNTO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO Região Administrativa Especial de Macau Relatório Anual 2024

Envia-se em anexo, à atenção das delegações, o documento JOIN(2025) 18 final.

Anexo: JOIN(2025) 18 final



ALTO REPRESENTANTE
DA UNIÃO PARA OS
NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E A
POLÍTICA DE SEGURANÇA

Bruxelas, 8.9.2025
JOIN(2025) 18 final

RELATÓRIO CONJUNTO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO

Região Administrativa Especial de Macau

Relatório Anual 2024

RELATÓRIO CONJUNTO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO

REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU:

RELATÓRIO ANUAL 2024

Resumo

Desde a transferência da soberania de Macau para a República Popular da China (RPC), em 1999, a União Europeia (UE) e os Estados-Membros têm acompanhado de perto a evolução política e económica na Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) de acordo com o princípio «um país, dois sistemas». A UE apoia este princípio e a respetiva aplicação, em conformidade com a Lei Básica, que visa assegurar que o modo de vida, o Estado de direito e a proteção dos direitos e liberdades fundamentais em Macau se mantenham inalterados até 2049.

A fim de respeitar o compromisso assumido perante o Parlamento Europeu em 1999, a Comissão e o alto representante/vice-presidente apresentam um relatório anual sobre a evolução da situação em Macau. Ao longo dos anos, tem sido dada especial atenção à aplicação do princípio «um país, dois sistemas» e à autonomia de Macau, tal como previsto na Lei Básica.

O presente documento é o vigésimo quinto relatório, que se refere a 2024. Do ponto de vista político, a autonomia e as liberdades e direitos fundamentais, que deveriam ser protegidos até, pelo menos, 2049, continuaram a deteriorar-se. O ano foi marcado: i) por duas alterações legislativas para aplicar a doutrina «Macau governado por patriotas», que limitam ainda mais o espaço para as vozes pluralistas em Macau, e ii) pela formação do Governo da RAE, no seu sexto mandato, liderado por Sam Hou Fai, o primeiro Chefe do Executivo nascido no continente.

O PIB de Macau cresceu 8,8 % em 2024. Este foi o segundo ano consecutivo de crescimento, mas a economia ainda não recuperou plenamente para os níveis anteriores à pandemia de COVID-19. O crescimento económico foi apoiado pelo aumento do número de turistas que viajam para Macau e pelas correspondentes receitas provenientes do jogo. Em 2024, 34,9 milhões de pessoas visitaram Macau, o que representa um aumento de 24 % em termos homólogos, mas uma redução face aos 39,4 milhões de visitantes em 2019. Os visitantes provêm, em grande medida, da China continental e de Hong Kong.

A UE foi o segundo maior parceiro comercial de Macau no que diz respeito ao comércio de mercadorias durante o ano, representando 26,6 % do comércio total do território, com um excedente comercial para a UE. A UE foi a quarta maior fonte de investimento direto estrangeiro da RAE (em 2023, ano a que se referem os dados mais recentes disponíveis).

I. Evolução política e social

No ano transato, assinalou-se o 25.º aniversário da transferência da soberania de Macau de Portugal para a República Popular da China. A Declaração Conjunta Sino-Portuguesa assinada em 1987 estipula que o sistema social e económico e o modo de vida de Macau devem permanecer inalterados durante, pelo menos, 50 anos, de acordo com o princípio «um país, dois sistemas». A Declaração inclui igualmente o princípio da «administração de Macau pelo povo de Macau» e estabelece que Macau goza de um «alto grau de autonomia» enquanto RAE.

Alterações legislativas que aplicam a doutrina «Macau governado por patriotas»

Macau adotou nova legislação para aplicar a doutrina política «Macau governado por patriotas», nomeadamente a «Alteração à Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau» e a «Alteração à Lei n.º 4/1999 — Lei dos juramentos por ocasião do ato de posse». A nova legislação limita ainda mais o espaço para vozes pluralistas, tanto na política como na sociedade.

A lei eleitoral alterada, adotada em 11 de abril, introduziu mecanismos adicionais de verificação nas eleições para a Assembleia Legislativa. A Comissão de Segurança Nacional de Macau pode agora emitir um «parecer vinculativo» dirigido à Comissão de Assuntos Eleitorais, a fim de determinar se os candidatos defendem a Lei Básica e prestam juramento à RAE de Macau. A decisão não é suscetível de recurso judicial.

A Comissão de Segurança Nacional foi criada em 2018 ao abrigo da Lei da Segurança Nacional. O Chefe do Executivo é o seu presidente, sendo o diretor do Gabinete de Ligação de Pequim em Macau conselheiro para os assuntos de segurança nacional e dois outros membros do Gabinete de Ligação conselheiros técnicos de segurança nacional. O novo sistema confere ao Governo central uma influência direta sobre as eleições para a Assembleia Legislativa de Macau.

O projeto de lei sobre o sistema eleitoral da Assembleia Legislativa estabelece sete critérios a considerar pela Comissão de Segurança Nacional aquando da análise da elegibilidade de um candidato para concorrer às eleições. Um candidato que não respeite a Lei Básica de Macau ou que não preste juramento à RAE de Macau da RPC é proibido de se candidatar às eleições durante cinco anos. O incitamento à abstenção e ao voto branco ou nulo passam a ser infrações ao abrigo da referida alteração, sujeitas a uma pena máxima de três anos de prisão.

Entretanto, a «Alteração à Lei n.º 4/1999 — Lei dos juramentos por ocasião do ato de posse», adotada em 21 de maio, exige que os membros da Comissão Eleitoral do Chefe do Executivo prestem juramento, de forma «sincera» e «solene», no qual se comprometam a respeitar a Lei Básica de Macau e a RAE de Macau.

Em setembro, o Gabinete de Educação e Juventude implementou materiais didáticos sobre a educação para a segurança nacional, que abrangem todos os níveis de ensino, desde o pré-escolar até ao superior.

Formação do Governo da RAE no seu sexto mandato

Em 2023, a Assembleia Legislativa adotou a «Alteração à Lei n.º 3/2004 — Lei Eleitoral para o Chefe do Executivo», que introduziu, entre outras medidas, um procedimento de verificação dos candidatos do ponto de vista da segurança nacional, destinado a garantir um território de «Macau governado por patriotas». Ao abrigo das novas regras, o antigo presidente do Tribunal de Última Instância, Sam Hou Fai, que era o único candidato, obteve 394 dos 400 votos da Comissão Eleitoral em 13 de outubro. Sam Hou Fai tornou-se o primeiro líder da RAE nascido

no continente¹, o que levantou questões quanto à manutenção da validade do princípio da «administração de Macau pelo povo de Macau».

O processo eleitoral para a eleição do Chefe do Executivo teve início com a formação de uma Comissão Eleitoral com 400 membros, dos quais 344 foram eleitos indiretamente por representantes de empresas e grupos sociais qualificados. Apenas podiam votar 6 265 pessoas, de uma população de cerca de 686 600. Em 2024, apenas dois subsectores receberam um número de candidaturas superior ao número de lugares disponíveis. No subsector da educação, havia 29 lugares e 31 candidatos, enquanto no subsector do trabalho havia 61 candidatos para 59 lugares. Todos os candidatos tiveram de ser submetidos a um processo de verificação ao abrigo da nova lei eleitoral.

Em 11 de agosto, realizou-se a eleição para a Comissão Eleitoral do Chefe do Executivo, com uma taxa de participação de 88 %, semelhante à taxa de 87,2 % em 2019. Importa notar que, para além dos 5 347 votos válidos, 18 foram votos em branco e mais 156 foram considerados nulos; num dos boletins, tinha sido escrito «a democracia morreu».

Em 21 de agosto, o então Chefe do Executivo, Ho Iat Seng, anunciou a sua decisão de não se recandidatar, invocando razões de saúde. Ho Iat Seng tornou-se o primeiro líder de Macau a não se recandidatar após o termo do seu primeiro mandato de cinco anos.

Em 28 de agosto, Sam Huo Fai, que renunciou ao cargo de presidente do Tribunal de Última Instância em 26 de agosto, anunciou a sua intenção de se candidatar ao mais alto cargo de Macau. Embora tenha nascido na cidade continental vizinha de Zhongshan, Sam Huo Fai destacou a sua ligação a Macau, onde vive há quase 40 anos.

Em 29 de agosto, teve início o período de nomeação de 15 dias. Embora 11 pessoas tenham solicitado formulários para se candidatarem à eleição do Chefe do Executivo, apenas Sam Huo Fai ultrapassou o limiar de 66 nomeações. Em 12 de setembro, obteve 386 nomeações, o que cimentou o seu papel de candidato único na eleição². Em 18 de setembro, a Comissão dos Assuntos Eleitorais confirmou que Sam Huo Fai passou a verificação em matéria de segurança nacional.

Em 13 de outubro, Sam Huo Fai obteve 394 dos 400 votos, o resultado mais elevado de todas as eleições do Chefe do Executivo de Macau.

Em 25 de outubro, o Conselho de Estado de Pequim decidiu nomear Sam Huo Fai para o sexto mandato de Chefe do Executivo da RAE de Macau. Sam Huo Fai realizou uma visita a Pequim, entre 31 de outubro e 2 de novembro, para ser nomeado pelo Governo central. Em 1 de novembro, reuniu-se com Xi Jinping e Li Qiang, o presidente e o primeiro-ministro da China, respetivamente.

Em 30 de novembro, na sequência da nomeação do então Chefe do Executivo indigitado, o Governo central nomeou os principais responsáveis governamentais. Dos cinco principais secretários, dois tinham exercido funções na administração anterior, a saber, o secretário da Administração e da Justiça e o secretário da Segurança.

¹ Sam Hou Fai nasceu em 1962 em Zhongshan, na República Popular da China. Mudou-se para Macau em 1986. Foi nomeado presidente do Tribunal de Última Instância em 1999, cargo que ocupou até dezembro de 2024.

² Com exceção da primeira eleição, em 1999, houve sempre apenas um candidato a Chefe do Executivo.

Em 13 de dezembro, o Chefe do Executivo indigitado anunciou a composição do seu Conselho Executivo, que incluía uma pessoa macaense de ascendência portuguesa.

Em 20 de dezembro, o presidente chinês, Xi Jinping, visitou Macau para dar posse ao novo Chefe do Executivo e aos principais responsáveis da RAE, em paralelo com as celebrações para assinalar o 25.º aniversário da transferência da soberania de Macau de Portugal para a República Popular da China. O chefe do Gabinete da UE, juntamente com outros chefes de missão/cônsules-gerais da UE, foi convidado e participou na cerimónia. O presidente Xi Jinping sublinhou as vantagens do princípio «um país, dois sistemas», a necessidade de diversificação da economia e o desenvolvimento da Grande Região da Baía Guangdong-Hong Kong-Macau (e a importância da zona económica especial de Hengqin) e salientou o papel único de Macau na promoção da cooperação e dos intercâmbios entre a China e os países de língua portuguesa e no âmbito da iniciativa «Uma Cintura, Uma Rota».

Em 24 de dezembro, o recém-empossado Chefe do Executivo liderou uma delegação de três funcionários para uma visita de um só dia a Guangzhou a fim de se reunir com os dirigentes provinciais de Guangdong, com o objetivo declarado de reforçar a cooperação entre Macau e a província continental vizinha.

Direitos, liberdades e igualdade de oportunidades

Em 23 de janeiro, realizou-se a reunião do grupo de trabalho sobre o exame periódico universal do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas dedicada à China, que também abordou a situação de Macau. Antes da reunião, os EUA e a Rússia apresentaram observações relacionadas com Macau, com perguntas sobre a forma como Macau adotara as recomendações dos mecanismos das Nações Unidas desde o último exame periódico universal.

Em 31 de maio, o Conselho dos Direitos Humanos publicou os pontos de vista da China sobre as conclusões e recomendações. Três países formularam três recomendações em matéria de direitos humanos relacionadas com Macau, tendo a China aceitado uma, da Eritreia, que apelava a que se continuasse a «promover e salvaguardar os direitos» dos residentes de Macau, em conformidade com toda a legislação local aplicável. Pequim declarou que a recomendação do Burundi sobre a prestação de assistência a Macau no sentido de «medidas mais eficazes para o bem-estar dos residentes nos domínios da habitação, do emprego e da saúde» foi «aceite e está a ser aplicada». A China «rejeitou» a recomendação dos EUA no sentido de «pôr termo às medidas repressivas contra as mulheres, as pessoas LGBTIQ+, os trabalhadores não qualificados e os trabalhadores migrantes», por considerar que se baseava em «informações falsas».

Em 5 de agosto, o Gabinete de Assuntos Jurídicos apelou a «todos os setores da sociedade e às organizações sociais» para que apresentassem contributos no âmbito dos preparativos da China para o processo de apresentação às Nações Unidas do relatório sobre a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial. A revisão abrangerá o período compreendido entre 1 de janeiro de 2017 e 31 de dezembro de 2023. Os meios de comunicação locais observaram que esta foi provavelmente a primeira vez que o Governo solicitou à sociedade de Macau que contribuísse para qualquer processo de revisão dos tratados internacionais.

Em matéria de direitos laborais, em 12 de abril a Assembleia Legislativa aprovou a Lei dos Sindicatos proposta pelo Governo³. É possível apresentar pedidos de registo de sindicatos ao abrigo da referida lei desde 1 de janeiro de 2025. Dois deputados, que se abstiveram na votação, alegaram que o projeto de lei não protegia os direitos de negociação coletiva e não refletia plenamente os direitos consagrados no artigo 27.º da Lei Básica de Macau⁴.

A Lei dos Sindicatos estipula que os grupos que pretendam participar em organizações fora de Macau têm de obter a aprovação dos seus membros e do Chefe do Executivo. A referida lei impede igualmente os membros de um parlamento ou de um governo estrangeiro ou as pessoas que tenham sido condenadas a penas de prisão superiores a três anos por crimes contra a segurança nacional de assumirem cargos de liderança em sindicatos⁵.

A liberdade de reunião continuou sob pressão. Pelo quarto ano consecutivo, não foi assinalado publicamente o 35.º aniversário da repressão de Tiananmen em 1989. Entretanto, um dos antigos organizadores da vigília, um antigo deputado pró-democracia, revelou, em 29 de junho, que o seu espaço de opinião no semanário *Son Pou* de Macau foi suspenso devido a «razões políticas especiais».

A liberdade de imprensa e a liberdade de expressão permaneceram sob pressão. Em 7 de novembro, a Associação de Jornalistas de Macau emitiu uma declaração em que solicitava ao Governo que eliminasse as restrições desnecessárias ao trabalho jornalístico. A declaração salientava que o Governo tinha «impedido o exercício dos direitos jornalísticos de uma série de meios de comunicação social», ao limitar os convites a determinados órgãos. A associação informou igualmente que os meios de comunicação social foram «instados a retirar os seus artigos, devido a pressões políticas, em vários casos recentes».

As autoridades continuaram a utilizar as regras em matéria de imigração para impedir a entrada de pessoas consideradas desfavoráveis no território. Em 15 de junho, as autoridades de Macau impediram um professor de jornalismo convidado pela Associação de Jornalistas de Macau de entrar na RAE por «razões de segurança pública».

O espaço para a defesa da promoção dos direitos das pessoas LGBTIQ+ continuou a ser limitado. Em 22 de janeiro, o Gabinete dos Assuntos Culturais encerrou um espetáculo interativo com transformistas no 22.º Festival Fringe. Três dias mais tarde, o Gabinete explicou que a decisão de cancelar o espetáculo se deveu a incoerências entre a atuação real e as informações recebidas. O mesmo espetáculo foi realizado no âmbito de um festival de teatro na cidade continental vizinha de Shenzhen.

Dois grupos da sociedade civil conseguiram organizar atividades comunitárias durante o Mês do Orgulho, em junho.

Em 7 de julho, um relatório de investigação local revelou que membros da comunidade LGBTIQ+ foram vítimas de discriminação quando procuraram ajuda médica.

³ Desde a transferência da soberania em 1999, a Assembleia Legislativa rejeitou 12 vezes uma moção para uma Lei dos Sindicatos proposta por deputados.

⁴ O artigo 27.º da Lei Básica de Macau estabelece que os residentes de Macau gozam da liberdade de expressão, de imprensa e de edição, da liberdade de associação, de reunião, de desfile e de manifestação, bem como do direito e liberdade de organizar e participar em associações sindicais e em greves.

⁵ As pessoas condenadas por crimes relevantes contra a segurança nacional poderão ter novamente o direito de ocupar esses cargos de acordo com as disposições pertinentes da Lei da Segurança Nacional.

II. Evolução económica

Em 2024, o **PIB de Macau aumentou** 8,8 % em termos homólogos, atingindo 384,1 mil milhões de MOP (45,4 mil milhões de EUR). Em 2023, o PIB já tinha crescido 75,1 %, devido ao levantamento das restrições rigorosas impostas pela pandemia de COVID-19 e à recuperação das receitas do turismo e do jogo. No entanto, em 2024, a economia de Macau ainda não tinha recuperado totalmente para os níveis anteriores à pandemia e o PIB (em dólares encadeados) era ainda 13,6 % inferior ao de 2019.

Em maio de 2024, o **Fundo Monetário Internacional (FMI)** publicou o seu relatório sobre a consulta ao abrigo do Artigo IV relativa a Macau⁶. As perspetivas do FMI para Macau eram de um crescimento do PIB de 13,9 % em 2024, 9,6 % em 2025, 4,4 % em 2026 e 3 % nos três anos seguintes. Os riscos para o crescimento incluem um crescimento inferior ao previsto na China continental, taxas de juro mais elevadas durante mais tempo nas principais economias e um aumento dos fenómenos climáticos extremos. Por outro lado, de acordo com o FMI, a integração na Grande Região da Baía e o êxito da diversificação económica apoiariam a economia.

Em 2024, o crescimento económico foi apoiado por um **aumento do número de turistas**. Um total de 34,9 milhões de pessoas visitaram Macau durante o ano, 70,1 % das quais provenientes da China continental e 20,6 % de Hong Kong. Trata-se de um aumento de 23,8 % em termos homólogos, mas o valor total permanece ainda 11,4 % abaixo dos níveis de 2019 (antes da pandemia de COVID-19), quando 39,4 milhões de pessoas visitaram Macau. A taxa média de ocupação hoteleira foi de 86,5 % em 2024, o que representa uma diminuição em relação aos 90,8 % registados em 2019, ainda assim superior aos 81,2 % registados em 2023 e aos 38,5 % de 2022.

O jogo e os setores conexos são os principais contribuintes para a economia de Macau, devido em grande parte aos turistas. Em 2024, as receitas do jogo continuaram a recuperar e atingiram 227,4 mil milhões de MOP (26,9 mil milhões de EUR), o que representa um aumento de 23,8 % em termos homólogos. No entanto, foram ainda 22,5 % inferiores aos 293,3 mil milhões de MOP (34,7 mil milhões de EUR) gerados antes da pandemia (2019).

A **taxa de desemprego** diminuiu para 1,8 % em 2024, face a 2,7 % em 2023 e 3,7 % em 2022, tendo regressado aos níveis anteriores à pandemia (1,7 % em 2019).

A **inflação** manteve-se baixa ao longo do ano, com um aumento médio do índice compósito de preços no consumidor de 0,7 %.

Em 2024, o Governo registou um **excedente orçamental** de 31,0 mil milhões de MOP (3,7 mil milhões de EUR), tendo registado um excedente de 29,0 mil milhões de MOP (3,4 mil milhões de EUR) em 2023. No final de dezembro, as reservas orçamentais ascendiam a 616 mil milhões de MOP (72,9 mil milhões de EUR), o que representa um aumento de 6,2 % em termos homólogos e de 6,4 % em relação ao período anterior à pandemia (579 mil milhões de MOP). As reservas são suficientes para cobrir 6,5 anos de despesas públicas.

⁶ Fundo Monetário Internacional, *People's Republic of China — Macao Special Administrative Region: 2024 Article IV Consultation Discussions*, relatório do corpo técnico (maio de 2024), <https://www.imf.org/en/Publications/CR/Issues/2024/05/29/Peoples-Republic-of-China-Macao-Special-Administrative-Region-2024-Article-IV-Consultation-549654>.

Em 2023 (ano a que dizem respeito as últimas estatísticas disponíveis de Macau), o investimento direto estrangeiro (IDE) em Macau atingiu 383 mil milhões de MOP (45,3 mil milhões de EUR), o que representa um aumento de 4,2 % em termos homólogos. Hong Kong e a China continental foram as maiores fontes de IDE.

Política económica

O Chefe do Executivo, Sam Hou Fai, anunciou as **prioridades económicas** da nova administração, a saber, a promoção da diversificação económica de Macau, a melhoria do bem-estar das pessoas (incluindo a segurança social, os cuidados de saúde, os cuidados a idosos e a reabilitação urbana), a continuação do desenvolvimento de Macau como elo de ligação entre a China continental e os países de língua portuguesa, o reforço da integração com a China continental e da participação no desenvolvimento económico da China continental e a melhoria da governação.

No **setor do jogo**, os concessionários de casinos são obrigados a investir em atividades não relacionadas com o jogo, com o objetivo de apoiar a diversificação económica de Macau. Ao longo do ano, foram introduzidas alterações regulamentares em relação ao jogo. Em abril, foi adotado um novo regime jurídico (Lei n.º 7/2024)⁷ da concessão de crédito para jogo ou para aposta em casino. O regime atribui competência exclusiva aos concessionários de casinos para concederem créditos diretamente aos jogadores, o que limita o papel e a influência dos promotores de jogo. Estes desempenhavam anteriormente um papel importante na atração de grandes apostadores e na concessão de crédito aos mesmos. Atualmente, os promotores de jogos só podem atuar como agentes dos concessionários. Em outubro, foi introduzida a Lei n.º 20/2024⁸ para combater os crimes de jogo ilícito, aumentar as multas e as sanções aplicáveis às infrações relacionadas com o jogo e criminalizar os empréstimos e câmbios ilícitos ligados ao jogo, bem como a exploração não autorizada de jogos em linha.

Prosseguiu a **estratégia de diversificação económica** de Macau, com o objetivo de desenvolver os chamados setores «1+4». O número «1» refere-se ao turismo e lazer e os «4» outros setores são: cuidados de saúde centrados na medicina tradicional chinesa; serviços financeiros; novas tecnologias; e convenções e exposições, comércio, cultura e desporto. Um dos principais objetivos é diversificar a economia local, aumentando a contribuição dos setores não ligados ao jogo para 60 % do PIB. De acordo com o FMI (relatório ao abrigo do artigo IV, maio de 2024), a preponderância do setor do jogo gera vulnerabilidades e sublinha a necessidade de diversificação económica, nomeadamente através da melhoria da eficiência e da afetação de recursos, do incentivo à I&D e à inovação, da melhoria de competências e requalificação da mão de obra e da racionalização da regulamentação laboral e empresarial. O FMI apelou igualmente a que fossem tidos em conta os efeitos colaterais negativos, as distorções do comércio e os riscos de governação que poderiam resultar das políticas de diversificação.

De acordo com a indústria, a **ausência de uma reserva diversificada de talentos** em Macau continua a ser um obstáculo à diversificação económica. Em 2024, apenas 470 pessoas foram

⁷ Boletim Oficial do Governo da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM), <https://bo.io.gov.mo/bo/i/2024/17/lei07.asp>.

⁸ Boletim Oficial do Governo da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM), <https://bo.io.gov.mo/bo/i/2024/44/lei20.asp>.

acrescentadas às listas de talentos ao abrigo de três programas de recrutamento de talentos recentemente lançados.

As iniciativas de apoio às **novas tecnologias e à inovação** incluem incentivos fiscais, financiamento da I&D e cooperação com Hengqin e a Grande Região da Baía⁹. De acordo com fontes governamentais, ao abrigo do Programa de Certificação de Empresas Tecnológicas de Macau, foram certificadas 33 empresas (até outubro de 2024), que empregam 1 300 pessoas. Em março, foi adotado um novo regime de instalação e funcionamento de centros de dados¹⁰.

No que diz respeito às **convenções e exposições**, foram realizados 1 011 eventos de «reuniões, incentivos, conferências e exposições» em Macau nos três primeiros trimestres de 2024 (um aumento de 29,8 % em relação ao ano anterior e quase um regresso ao nível de 2019).

No domínio da **saúde**, o Hospital Macau Union começou a funcionar em setembro, apoiando o desenvolvimento do turismo médico, do bem-estar e dos cuidados de saúde em Macau. A promoção da medicina chinesa inclui o Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa para a Cooperação entre Guangdong e Macau, em Hengqin. De acordo com o Governo, 24 medicamentos tradicionais chineses estavam registados em países de língua portuguesa em 2024.

Em matéria de **serviços financeiros**, as autoridades procuram desenvolver um mercado obrigacionista local (incluindo obrigações verdes e cotações de obrigações por instituições e empresas continentais), atividades de gestão de património e de locação financeira, atividades bancárias de investimento e regimes de liquidação transfronteiras em renmimbi. Os trabalhos de revisão do quadro regulamentar do setor financeiro prosseguiram ao longo do ano. Em julho, foi aprovada a Lei das Atividades dos Mediadores de Seguros (com efeitos a partir de 1 de agosto de 2025), que altera o sistema de licenciamento, as normas operacionais e o quadro de supervisão no setor dos seguros. Em novembro, foi apresentada à Assembleia Legislativa uma nova lei relativa aos fundos de investimento, a fim de modernizar o regime regulamentar dos fundos e promover o setor da gestão de fundos. O Governo continuou também a explorar o desenvolvimento de uma Pataca Digital de Macau (e-MOP). Em setembro de 2024, o valor das obrigações em circulação emitidas ou cotadas em Macau atingiu 740 mil milhões de MOP (87,5 mil milhões de EUR), existindo um total de 102 instituições financeiras autorizadas a operar em Macau.

De acordo com o FMI (relatório ao abrigo do artigo IV, maio de 2024), as iniciativas para modernizar e reforçar o sistema financeiro devem ser acompanhadas de esforços para gerir os riscos conexos. O FMI apelou à adoção de políticas destinadas a reforçar a solidez do sistema financeiro e a gerir os riscos (incluindo um maior provisionamento dos bancos, a recolha de dados mais pormenorizados sobre os créditos não produtivos e o crédito interbancário, a melhoria dos quadros em matéria de insolvência, resolução de dívidas e reestruturação, o acompanhamento dos riscos dos mutuários da China continental, a posição de liquidez dos bancos com grandes passivos estrangeiros e o setor financeiro não bancário). O FMI observou que Macau dispõe de uma ampla margem de manobra orçamental e apelou à desaceleração da consolidação orçamental. Identificou as principais prioridades da política orçamental e propôs

⁹ «Balanço das Ações do Governo realizadas no Ano Financeiro de 2024», Governo da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM), novembro de 2024,

https://www.gov.mo/pt/wp-content/uploads/sites/3/2024/11/2024Review_PT.pdf.

¹⁰ Boletim Oficial do Governo da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM), <https://bo.io.gov.mo/bo/i/2024/13/regadm13.asp>.

que incluíssem o aumento das despesas em capital humano e físico, o desenvolvimento dos setores não relacionados com o jogo, o reforço da sustentabilidade do crescimento e o reequilíbrio externo.

Em termos de **políticas ambientais**, o número de veículos elétricos em Macau aumentou para 10 978 em setembro (de 1 339 em 2020), foi concluído um alargamento da unidade central de incineração de resíduos de Macau e foram realizados trabalhos para reduzir as inundações. O Fórum Internacional de Cooperação Ambiental de Macau de 2024 realizou-se em março.

O Governo continuou a conceder **apoio financeiro aos residentes**, incluindo prestações pecuniárias ao abrigo do regime de partilha de riqueza, vales de saúde, subsídios às faturas de eletricidade e às propinas e subsídios por velhice e invalidez.

Ao longo do ano, foram realizadas obras de infraestrutura, que abrangeram infraestruturas de transporte, a expansão em curso do Aeroporto Internacional de Macau e edifícios residenciais, governamentais e educativos.

Integração económica com a China continental

Macau posiciona-se como uma plataforma e um elo de ligação entre a China continental e os países de língua portuguesa (nomeadamente para o turismo, as empresas e os serviços financeiros). Em abril, realizou-se em Macau a sexta Conferência Ministerial do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (na qual foi assinado um plano estratégico para a cooperação económica e comercial para 2024-2027). O centro tecnológico que reúne a China e os países de língua portuguesa foi aberto durante o ano.

A economia de Macau apresenta uma exposição considerável aos visitantes da China continental que viajam para a RAE para fins de turismo e jogo. A China continental é também o maior parceiro comercial de Macau no que diz respeito ao comércio de mercadorias, representando 28,3 % do total em 2024, e foi a sua segunda maior fonte de investimento direto estrangeiro em 2023 (ano a que se referem os dados mais recentes disponíveis).

Macau prossegue o reforço da integração económica com o continente, nomeadamente através da Grande Região da Baía Guangdong-Hong Kong-Macau e da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau, em Hengqin.

A **Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau**, em Hengqin, abrange cerca de 100 quilómetros quadrados (cerca de três vezes a dimensão de Macau) adjacentes a Macau, na província de Guangdong, na China continental, e é administrada conjuntamente por Guangdong e Macau. Proporciona terrenos adicionais para prosseguir a diversificação económica de Macau e a sua integração económica com a China continental. Os setores desenvolvidos na zona incluem a inovação e as tecnologias, os cuidados de saúde e a medicina tradicional chinesa, os serviços financeiros e as «reuniões, incentivos, conferências e exposições». De acordo com o Governo de Macau, o PIB de Hengqin ascendia a 37,3 mil milhões de CNY (4,9 mil milhões de EUR) e existiam 16 539 residentes de Macau a viver em Hengqin e 6 461 empresas de Macau criadas na zona (em setembro de 2024).

Em março, entrou em vigor um novo regime aduaneiro, segundo o qual as mercadorias que entram na Zona de Cooperação de Hengqin a partir de Macau estão isentas do imposto da China

continental¹¹. Tal proporciona um acesso preferencial das mercadorias provenientes da RAE a Hengqin (os impostos da China continental seriam aplicáveis se as mercadorias saíssem posteriormente de Hengqin para entrar noutras partes da China continental). Em dezembro, foi assinado um memorando de entendimento para a construção de uma instalação de carga aérea em Hengqin pelo Aeroporto Internacional de Macau. As iniciativas para facilitar ainda mais a integração incluíram o incentivo aos fluxos de pessoas, a racionalização do desalfandegamento, a facilitação do pagamento eletrónico e do pagamento nas duas moedas em Hengqin e o apoio aos residentes de Macau para viver e trabalhar em Hengqin (por exemplo, foram lançados em Hengqin um projeto residencial, em 2023, e uma escola para crianças de Macau, em 2024, e os vales de saúde de Macau passaram a ser válidos na zona).

O **regime bidirecional transfronteiras de gestão de património** na Grande Região da Baía Guangdong-Hong Kong-Macau (lançado em 2021 para permitir que os residentes elegíveis da China continental, de Hong Kong e de Macau invistam em produtos de gestão de património distribuídos por bancos no mercado da outra parte) foi alterado durante o ano. As alterações incluem o aperfeiçoamento dos critérios de elegibilidade dos investidores do continente, o alargamento do âmbito das instituições participantes (de modo a incluir as empresas de investimentos mobiliários elegíveis) e dos produtos elegíveis, o aumento da quota de investidores individuais e a melhoria das modalidades de promoção e de venda.

Em outubro, foi assinado o segundo acordo sobre alterações ao **Acordo de Parceria Abrangente e Reforçado entre a China Continental e Macau relativo ao comércio de serviços**. O novo acordo introduz medidas adicionais de liberalização em vários setores dos serviços e visa ajudar os prestadores de serviços de Macau a estabelecer a sua presença e a fazer negócios no continente, bem como facilitar a aquisição de qualificações profissionais para o exercício de atividades no continente. O acordo também flexibiliza as regras aplicáveis às empresas estrangeiras, incluindo as da União Europeia, em Macau, para que possam obter o estatuto de prestadores de serviços e beneficiar do CEPA.

III. Relações entre Macau e a China continental

O presidente chinês, Xi Jinping, visitou Macau entre 18 e 20 de dezembro por ocasião do 25.º aniversário da transferência da soberania. Foi a sua primeira visita a Macau desde 2019. Xi Jinping realizou a cerimónia inaugural do sexto mandato do Governo de Macau e empossou o Chefe do Executivo, Sam Hou Fai.

Em 20 de dezembro, Xi Jinping definiu quatro prioridades para a nova administração: trabalhar num desenvolvimento económico adequado e diversificado; melhorar a capacidade de governação; expandir as redes internacionais; e promover a harmonia e a estabilidade sociais, incluindo a salvaguarda da segurança nacional.

Além disso, Xi Jinping afirmou que os projetos na zona de cooperação de Hengqin, em Zhuhai, não podem ser incompatíveis com os objetivos políticos de Pequim. Xi Jinping salientou que «o Governo central decidiu desenvolver Hengqin a fim de promover o desenvolvimento adequadamente diversificado da economia de Macau e facilitar a vida e o emprego dos residentes de Macau».

¹¹ Comunicado de imprensa do Governo da Região Administrativa Especial de Macau, <https://www.gov.mo/pt/noticias/702812/>.

Antes da visita de Xi Jinping e do aniversário, pelo menos dois macaenses residentes no estrangeiro relataram à comunicação social que tinham sido contactados por agentes de segurança do continente através de mensagens de texto. Um ativista de Macau que reside agora no Reino Unido revelou que tinha sido instado «a não dar voz a opiniões dissonantes na comunicação social e nas plataformas de redes sociais». Um jornalista pró-democracia que reside atualmente em Taiwan recebeu uma advertência semelhante.

Em 18 de julho, terminou a terceira sessão plenária do 20.º Congresso do Comité Central do Partido Comunista (PCC), que definiu o rumo para o desenvolvimento económico. A secção intitulada «Prosseguir uma abertura de alto nível» da decisão da terceira sessão plenária assinalou que, «aproveitando os pontos fortes institucionais do sistema “um país, dois sistemas”, nós [o Partido] [...] [iremos] ajudar Hong Kong e Macau a reforçarem-se como plataformas internacionais de talentos de alto nível e melhorar os mecanismos pertinentes para que as duas regiões desempenhem um papel mais importante na abertura da China ao mundo exterior. Incentivaremos a cooperação entre Guangdong, Hong Kong e Macau na Grande Região da Baía, promovendo um maior alinhamento das regras e dos mecanismos.»

A pedido do Governo de Macau, o vice-presidente da Comissão da Constituição e do Direito da Assembleia Nacional Popular, Shen Chunyao, e o secretário do Grupo de Liderança do PCC do Ministério do Comércio e ministro do Comércio, Wang Wentao, visitaram Macau entre 27 e 28 de agosto para explicar as implicações da decisão da terceira sessão plenária para a RAE. Os dois responsáveis realizaram sessões à porta fechada com cerca de 380 funcionários do Governo central e dirigentes de empresas públicas estabelecidas na cidade. Realizou-se outra sessão com cerca de 500 representantes dos setores empresarial, profissional, da educação, dos meios de comunicação social e da juventude.

Entre 13 e 19 de maio, Xia Baolong, diretor do Gabinete de Trabalho dos Assuntos de Hong Kong e Macau, visitou Macau. Durante a visita de sete dias, Xia Baolong participou em mais de 40 reuniões e eventos. Entre a assistência figuravam funcionários governamentais, magistrados, deputados e membros locais da Assembleia Popular Nacional e da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês. Xia Baolong centrou-se nos setores da medicina, da tecnologia, da educação e da juventude.

O dia 15 de abril foi o Dia da Educação para a Segurança Nacional e assinalou o 10.º aniversário do conceito de «abordagem holística da segurança nacional», tal como proposto pelo presidente Xi Jinping. O diretor do Gabinete de Ligação do Governo central em Macau, Zheng Xincong, reiterou que, no que diz respeito à salvaguarda da segurança nacional, «há que ter em conta apenas a responsabilidade de um “país” e não as diferenças entre os “dois sistemas”».

Em 25 de dezembro, foram nomeados os membros do Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional para o sexto mandato da Comissão da Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau. Presidida por Shen Chunyao, a comissão de 10 membros (cinco do continente e cinco de Macau) terá um mandato de cinco anos.

IV. Relações bilaterais e cooperação com Macau em 2024

O Acordo Comercial e de Cooperação entre a Comunidade Económica Europeia e Macau, de 1992, visava reforçar ainda mais as relações entre a UE e Macau. O acordo abrange a cooperação comercial, económica, científica e tecnológica.

O Comité Misto UE-Macau é uma plataforma através da qual Macau e a UE debatem questões em vários domínios. A última **reunião do Comité Misto** teve lugar em 2019.

O Gabinete da União Europeia organizou uma comemoração do Dia da Europa em 2024, a primeira desde o levantamento das restrições de viagem relacionadas com a COVID-19. O atual chefe do Gabinete da União Europeia em Hong Kong e Macau tomou posse em setembro de 2024 e reuniu-se com responsáveis de Macau (incluindo o Chefe do Executivo) e partes interessadas das empresas e da sociedade civil.

Em 2024, a **UE foi o segundo maior parceiro comercial de Macau no que diz respeito ao comércio de mercadorias**, representando 26,6 % do comércio total de Macau (contra 28,3 % da China continental, o maior parceiro comercial de Macau).

Com base nos dados do Eurostat, **o comércio bilateral de mercadorias da UE com Macau** em 2024 ascendeu a 1 037 milhões de EUR e consistiu principalmente em exportações da UE para Macau (954 milhões de EUR). As principais exportações da UE para Macau incluíram vestuário e seus acessórios, joalheria, artigos em couro e produtos de luxo.

A UE foi a quarta maior fonte de investimento direto estrangeiro (IDE) de Macau em 2023 (excluindo os centros financeiros *offshore*), a seguir a Hong Kong, à China continental e aos EUA. Segundo as estatísticas oficiais macaenses, a UE representou 5,5 % do seu fluxo total de IDE em 2023 (excluindo os centros financeiros *offshore*). De acordo com o Eurostat, o IDE da UE em Macau representou 1,46 mil milhões de EUR no final de 2023 (ano a que se referem os dados mais recentes disponíveis), enquanto o IDE de Macau na UE ascendeu a 984 milhões de EUR.

No início do ano, até maio de 2024, o projeto do Mecanismo de Apoio ao Diálogo Político entre a UE e Hong Kong e Macau constituiu uma plataforma para debates sobre temas como a sustentabilidade. Em dezembro de 2024, foi lançado o novo Mecanismo para o Diálogo Político e a Diplomacia Pública com Hong Kong e Macau. Este projeto de três anos apoia o diálogo contínuo do Gabinete da UE com as principais entidades homólogas em Macau sobre temas estratégicos de interesse mútuo, principalmente através de eventos conjuntos, da elaboração de estudos e da produção de materiais de promoção da notoriedade.